

EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA¹

Flavio Luis Assiz dos Santos²

Este trabalho representa um esforço de analisar os assentamentos rurais de reforma agrária a partir de um referencial teórico da Geografia. Ele é parte integrante da pesquisa que venho realizando junto ao Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pauta-se numa revisão bibliográfica e numa tentativa, a partir dos estudos empíricos realizados nos Projetos de Assentamento Almas e Terra Vista, no Estado da Bahia, de análise da produção do espaço em áreas de reforma agrária à luz de categorias de análise da ciência geográfica.

Com a intensificação do processo de luta pela terra levado a cabo pelos movimentos sociais organizados no campo, o número de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária tem aumentado significativamente e tem sido responsável pela construção de uma Geografia da Reforma Agrária.

A discussão sobre a reforma agrária no Brasil é antiga, mas, na atualidade, ela tem ganhado novos contornos. Isto se deve à atuação de novos agentes sociais no processo de implantação da reforma agrária, que tem exigido do Estado um novo posicionamento em relação à questão. Muito embora o que tem sido feito no Brasil sob o nome de “reforma agrária” esteja aquém do que realmente os trabalhadores rurais almejam, a implantação dos Projetos de Assentamento aumentou significativamente no País, trazendo para o espaço rural brasileiro novos elementos, mudanças e perspectivas.

É a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em 1985, que política de reforma agrária modifica-se e surge a figura do Projeto de Assentamento (PA). Os PA's representam o resultado de uma intervenção do Estado no espaço rural, com fins de redistribuição de terra e assentamento de famílias sem terra ou com pouca terra. Portanto, de certo modo, os projetos de assentamento de reforma agrária são uma “novidade” na realidade rural brasileira, e é necessário um esforço interdisciplinar para compreendê-los. De uma certa forma, os assentamentos são recentes e ainda carecem de muitos estudos. Entretanto, os PA's representam o resultado de um longo processo de luta dos trabalhadores rurais sem terra brasileiros e marcam uma nova geografia no campo.

É claro que o significativo número de assentamentos existentes no espaço rural brasileiro é indicativo de mudanças na geografia da reforma agrária no País e repercute no arranjo espacial do campo, à medida que eles constroem uma nova paisagem e são fixos que exigem e estabelecem novos fluxos a partir das atividades de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias e serviços, além de se articularem em redes. Entretanto, é preciso analisar-se cada assentamento a partir de suas particularidades, de suas especificidades. Daí a importância de estudarmos a geografia interna de cada assentamento, ou seja, o processo de (re) produção do espaço nas áreas de reforma agrária, sem, no entanto, desconsiderar que cada assentamento é um subespaço e mantém relações com outros espaços.

A Geografia é um campo do conhecimento antigo, que tem sua origem nos gregos, na Antiguidade. Ao longo do desenvolvimento do conhecimento humano sobre o mundo, a Geografia passou por um processo de evolução, tornando-se ciência e definindo um objeto de estudo: o espaço geográfico.

O espaço é uma categoria de análise da sociedade e é o resultado do processo ininterrupto de ações humanas sobre uma base física – a natureza; caracteriza-se por apresentar uma heterogeneidade de formas, que são fruto das diversas necessidades humanas. O espaço é uma

¹Trabalho de pesquisa desenvolvido sob a orientação da Professora Dra. Guiomar Germani, do Mestrado em Geografia e Coordenadora do Projeto GeografAR / UFBA; Guiomar@ufba.br.

² Geógrafo, Mestrando em Geografia e Pesquisador do Projeto GeografAR/UFBA; assiz25@yahoo.com.br.

construção humana, ele é o reflexo das relações sociais que se estabelecem entre os homens, e destes com uma natureza cada vez mais humanizada.

A idéia de produção do espaço, analisada na obra do geógrafo Milton Santos, significa que o espaço é uma construção humana, pois só o homem produz. O homem produz inúmeros objetos que se prestam à sua sobrevivência. A produção desses objetos só é possível porque a natureza oferece as matérias-primas e o homem, pela força do trabalho, desenvolveu tecnologia capaz de transformar essa matéria bruta em objetos úteis para si. Dessa forma, o processo de produção constitui-se em um constante relacionamento da sociedade com a natureza e, portanto, da transformação desta em uma natureza apropriada e modificada para atender às necessidades sociais. A tecnologia e o trabalho são os dois elementos fundamentais na mediação entre sociedade e natureza e, portanto, na produção do espaço: o espaço é, portanto, fruto dessa relação.

A produção do espaço não possui somente uma conotação econômica de produção de bens materiais. É, também, a produção de todos os elementos indispensáveis à manutenção da vida humana sobre o planeta. No dicionário Aurélio o verbo *produzir* tem o seguinte significado: “dar nascimento ou origem a; criar. Fazer aparecer, originar. Causar, motivar”. E a palavra *produto* refere-se a: “o que é produzido pela natureza. Resultado de qualquer atividade humana. Conseqüência”. Percebemos como, em suas acepções, que são resultado de um entendimento diacrônico dos significados acumulados, o quanto a expressão “produzir espaço” é útil para a o entendimento epistemológico do espaço geográfico. O espaço é originado, é criado, é conseqüência/condição da ação do homem sobre um ambiente que é, *a priori*, produzido pela natureza.

Analisar os Projetos de Assentamento de reforma agrária à luz desses referenciais teóricos é uma tarefa ao mesmo tempo estimulante e desafiadora. Os PA's são um *locus* privilegiado para o entendimento do significado de “produzir espaço”. Isso acontece porque o PA é uma forma diferenciada de ocupação do espaço rural e a sua implantação provoca uma verdadeira e rápida transformação no espaço onde ele se instala. Segundo Germani, “[...] é nas ocupações e acampamentos, transformados pelo Estado em Projetos de Assentamento, que se concretiza o processo de reforma agrária” (GERMANI, 1997, p. 6).

E continua:

[...] os projetos de assentamento se apresentam como uma ocupação diferenciada num espaço geográfico específico. É ali onde vai se manifestar a continuidade da luta pela terra e se apresentam os novos desafios que vão imprimir a tônica da produção desse espaço (IDEM, *ibidem*, 7).

A reforma agrária é um tema discutido nos mais variados campos do conhecimento, sobretudo o das Ciências Sociais. Devido à interdisciplinaridade do tema, muitas vezes é difícil não confundir os estudos de geografia da reforma agrária com uma “sociologização da geografia”. Entretanto, é possível fazer uma abordagem dos movimentos sociais organizados em luta pela terra, e o seu papel no processo de reforma agrária à luz das teorias da ciência geográfica. A geografia, sem dúvida, oferece conceitos e instrumentos importantes para o entendimento da reforma agrária no Brasil.

De acordo com Fernandes, “os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (FERNANDES, 2001, p. 50). Nesse sentido o Prof. Fernandes formula, a partir do conceito de movimento social, a categoria movimento sócioterritorial, que corresponde aos movimentos sociais que “têm o espaço ou território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial.” (idem, *IBIDEM*, p. 51). Segundo ele, o conceito de movimento sócioterritorial é mais “amplo porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico, etc. [...]” (LOC. CIT).

Dentro desta perspectiva teórico-geográfica os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não devem ser vistos apenas enquanto

movimentos sociais. Eles devem ser analisados enquanto agentes sociais que, a partir das suas estratégias de luta e resistência, juntamente com a atuação do Estado, estão provocando mudanças no arranjo espacial do País, ou seja, eles são agentes produtores do espaço geográfico. As ocupações, acampamentos e até mesmo as marchas promovidas por esses movimentos podem ser vistas como ações que modificam a paisagem do campo e das cidades brasileiras e imprimem ao espaço um novo conteúdo social. E os projetos de assentamento são a expressão espacial mais importante dentro desse processo de luta e resistência à medida que eles representam o resultado concreto, perceptível, material, espacial das reivindicações desses movimentos. Portanto, esses movimentos se espacializam, se territorializam nas ocupações, nos acampamentos, nas marchas e, sobretudo, nos assentamentos.

Os assentamentos podem ser analisados com base em dois conceitos/categorias fundamentais de ciência geográfica: espaço e território. O Projeto de Assentamento é espaço, é o espaço geográfico que é resultado da relação da sociedade com natureza ou, como nos diz Gomes de Alencar,

[...] é um lugar da produção, da distribuição, da circulação e do consumo. Noutras palavras, trata-se de uma área que é uma fração da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Entretanto essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho (ALENCAR, 2000, p. 52).

O Projeto de Assentamento é a concretização da política de reforma agrária e a sua implantação estimula transformações no local onde ele se instala, a partir de uma ocupação diferenciada do espaço rural. Eles são implantados geralmente numa área que estava esquecida pelo seu proprietário e onde, de repente, começam a surgir casas, cercas, escolas, plantações, etc., ou seja, um novo espaço é produzido a partir da atuação dos assentados e do Estado.

Segundo Fernandes,

[...] do ponto de vista dos movimentos sociais o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar de luta e resistência. Do ponto de vista do Estado o assentamento é um projeto social, resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária. Por essas definições o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 119).

Diante disso, os assentamentos serão considerados como um *território* à medida que dentro dele se estabelecem relações de poder. O PA é o espaço apropriado pelos assentados e onde eles terão a chance de decidir politicamente sobre o uso que se vai fazer desse espaço. Para Gomes de Alencar, quando se trata de território, o fundamental

[...] não é o espaço físico, nem os recursos naturais, nem o solo. Estes elementos são apenas e simplesmente um substrato referencial. O essencial é quem domina? Como domina? Até onde vai o limite, além dos limites físicos, naturais? A questão principal é da gestão de um território. [...]. O assentamento torna-se território quando possui os dois elementos imbricados: espaço e poder. (ALENCAR, p. 53).

Os PA's são espaços em mutação, uma realidade que está sempre se modificando. Milton Santos indica que

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço. (SANTOS, 1985, p. 49).

Os diferentes tipos de assentamentos podem ser analisados sob a ótica das categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo. Todo espaço é composto por diversas formas, tanto

naturais, quanto sociais. A forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”. (SANTOS, p. 50). As formas não podem ser analisadas isoladamente, mas a partir de suas funções. A função corresponde aos usos que se faz nas diversas formas. Toda forma tem uma função específica que é determinada dentro do contexto social. A estrutura refere-se ao contexto social, ao modo de organização da sociedade que difere de acordo com o momento histórico. É a mudança de estrutura que vai exigir novas funções e, conseqüentemente, alterar e/ou adaptar as formas. E, finalmente, o processo é o tempo histórico que faz com que tudo se modifique. “[...] É ele que indica o movimento do passado ao presente” (SANTOS, p. 54).

Toda vez que processo social sofre uma modificação a configuração espacial também se modifica e as formas geográficas antigas são substituídas e/ou adequadas às funções sociais do novo tempo. Ocorre que as mudanças das formas só podem ser analisadas entendendo-se que, no percurso histórico, as sociedades humanas enfrentam uma série de transformações nos arranjos da estrutura social que vão exigir uma resposta espacial a essas mudanças. Essa resposta é dada modificando-se e/ou adaptando-se a “arquitetura do espaço”, como está ocorrendo nos assentamentos rurais de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões Teórico-Methodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. Boletim Paulista de Geografia, 75, São Paulo, 1999.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GERMANI, Guiomar I. O MST e a Legitimidade da Reforma Agrária. Texto apresentado no V Encontro Baiano de Geografia. Ilhéus, outubro de 1997.

GOMES de ALENCAR, Francisco Amaro. **Segredos Íntimos**. A Gestão dos Assentamentos de Reforma Agrária. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Minidicionário Aurélio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.